

A mulher Negra como construtora de processos afirmativos e emancipatórios a partir das narrativas midiáticas¹

Luciene de Oliveira DIAS²
Wéber Félix de OLIVEIRA³

Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

RESUMO

A construção de uma identidade é atravessada por muitos níveis. O ser humano possui uma multiplicidade de facetas em cada instituição social a qual pertence e, cada uma, contribui para que o indivíduo seja construído. Pensando nessa construção de identidades, este artigo é um esforço inicial de um estudo que objetiva analisar o portal *Geledés Instituto da Mulher Negra* para identificar o processo de construção das narrativas desse espaço e de que forma que elas contribuem para a formação de uma consciência do que é ser mulher negra no Brasil, e assim, de que maneira conseguem emancipar o Sujeito. Partimos para uma abordagem reflexiva sobre espaços em que a mulher negra seja sujeito ativo e possa assim, resgatar e construir uma memória coletiva positivadora.

PALAVRAS-CHAVE: cidadania; comunicação; emancipação; jornalismo.

A mídia e os produtos narrativos dispostos possuem importante papel na mediação de significados, símbolos e na construção de representações. Chamamos atenção para a forma que a mídia tradicional e o Jornalismo em particular apresentam e discutem questões relacionadas ao racismo e ao sexismo. As imagens e sentidos explorados pelo campo da comunicação, muitas vezes, opera de forma a invisibilizar os sujeitos e a negar a condição humana e cidadã das pessoas. Os mecanismos de racialização e exclusão, por ora, são reflexos da existência deles nas relações interpessoais que se dão diariamente na sociedade.

Observamos que a elaboração de conceitos sobre negritude e de gênero passam por mecanismos que não concebem a complexidade que é inerente a esse processo. Sobre isso, levantamos o questionamento de como o material jornalístico e midiático produzido mantém acomodado em um único espaço os sujeitos expostos em suas linhas e por que os agentes discursivos optam por certas escolhas. O que se percebe é que esses lugares são resultados de mecanismos que invisibiliza e coisifica a mulher negra e que, por vezes, elas são destinadas a espaços *subalternizados*. Tal processo simbólico implica na destituição do poder de fala desses atores sociais. As mulheres negras são silenciadas e condicionadas a

¹ Trabalho apresentado DT 07 – Comunicação, Espaço e Cidadania do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste realizado de 19 a 21 de maio de 2016.

² Orientadora do trabalho. Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB) e professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Informação e Comunicação da UFG, e-mail: lucienediasj@gmail.com

³ Mestrando do Curso de Comunicação, cultura e cidadania da Universidade Federal de Goiás, e-mail: weber.imprensa@gmail.com

uma posição de objeto. A elas é negada a possibilidade de assumir uma posição-de-sujeito ativo com direito a ocupar os lugares de desejo. Todo esse processo resulta na construção de símbolos desumanizados e esvaziados de sentimento e afeto.

Tendo em vista as questões levantadas anteriormente, decidimos, neste trabalho, fazer uma reflexão sobre a importância e o papel desempenhado pela mídia na mediação e produção de sentidos, em especial, um portal de informações que é construído de forma coletiva e oferece uma imagem da mulher negra positivada. Nossa análise coloca no centro da discussão os sentidos elaborados e compartilhados sobre a mulher negra, levando-se em consideração, os mecanismos de racismo e sexismo.

Ademais, objetivamos compreender de que forma as narrativas ali presentes permitem a emancipação dos sujeitos que o produzem e que também são apresentados à sociedade. Observaremos ainda se os caminhos discursivos assumidos pelas autoras e autores permitem o rompimento com as fronteiras e amarras de uma escrita midiática que desumaniza a mulher. Decidimos, para tanto, conhecer quais estratégias produtivas foram adotadas para que fosse possível à existência de multiplicidade e a polifonia de vozes que outrora eram acomodadas em determinados espaços discursivos.

Propomo-nos essa pesquisa, convictos de que a prática midiática passa, constantemente, por inovações e renovações e que em uma época de crise de legitimidade, o trabalho desenvolvido pelo Portal Geledés resgata a funcionalidade e a importância, não só do Jornalismo, mas também das várias nuances midiáticas para a construção de uma Sociedade mais equânime. Ao longo desse estudo pretendemos demonstrar que a atuação dos autores dessas narrativas abre espaço para a discussão e compreensão das especificidades do cotidiano e das experiências das pessoas, permitindo dessa maneira, a representação das mulheres negras como seres humanos e não apenas como objetos das matérias. Objetivamos, expor a saída da mulher negra das narrativas que a coisificam e subalternizam para ganhar destaque como sujeitos ativos e fortes.

MULHER NEGRA: REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA

A invisibilidade da mulher negra é resultado das relações de disputas de poder na sociedade. Em vários momentos elas são submetidas a processos estigmatizantes que impedem o movimento de emancipação. O próprio Jornalismo contribui largamente para a constituição desse espaço subalternizador quando o negro e a mulher são personagens diários das páginas policiais que os relacionam às situações socialmente “repudiadas”,

como se eles e elas fossem personagens típicos dessas matérias. Apesar de construções como essas que estereotipam, no Jornalismo podem ser encontradas escritas que agem como ferramentas positivadoras da imagem da mulher negra.

Falar sobre a mulher negra no Brasil não é uma tarefa fácil. É preciso compreender a complexidade que caracteriza a vida delas, que passa por mecanismos de subordinação triplamente classificados como classistas, racistas e sexistas. A discriminação de raça e gênero impõe às mulheres negras a ocupação da base econômica e social no Brasil. Essa hierarquização não é resultado das relações estabelecidas na atualidade, ela constituiu-se concomitantemente à história do Brasil. Uma história que abrande e apaga a violência causada pelos colonizadores e que se faz ainda presente na contemporaneidade, “mulheres ocultadas e silenciadas por uma historiografia oficial que, na maior parte de sua expressão, permanece branca e masculina” (CARNEIRO apud SCHUMAHER e BRAZIL, 2006, p. 7).

As marcas nos corpos não são as únicas evidências do mal cometido contra os negros e as negras no Brasil, a violência simbólica atuou e atua com muito mais força e de forma agressiva. O estupro simbólico impôs-lhe identidades que não pertenciam a essa população, isso tudo a favor da desqualificação das tradições de cada sujeito. A africanidade e as raízes culturais eram consideradas ilegítimas e suas manifestações foram proibidas. Nas mãos dos grandes senhores, as mulheres negras tinham a humanidade e feminilidade esvaziadas.

Tal processo simbólico, também é verificado dentro da prática jornalística, uma vez que a mídia passou a ser um dos principais setores de formação de opinião e construção de representações de realidades. Como reprodutores de uma realidade, os veículos de Jornalismo também reproduzem, em menor ou em maior grau, as relações sociais. E não diferentemente, os veículos midiáticos também vêm reproduzindo as relações raciais e os mecanismos que perpetuam a discriminação, o racismo e também o sexismo.

A prática jornalística, por exemplo, e a rotina de trabalho têm conduzido à elaboração de produtos, por vezes, incapazes de dar conta da real complexidade existente na sociedade quando se pensa as desigualdades ou se aborda questões ligadas a minorias políticas, como negros e mulheres. Ferreira (2004) atribui à falta de sensibilidade dos profissionais e das empresas midiáticas e veículos de jornalismo que hoje não conseguem lidar ou compreender o papel desempenhado por esses profissionais dentro desse processo. A simplificação da atuação desses profissionais “a meros reprodutores de relatos” corrobora para a manutenção do mito da democracia racial, que silencia e nega a existência do

racismo e das desigualdades sociais que se originam a partir desse processo. Para o autor, os jornalistas e as empresas, em que trabalham, deveriam “lidar criticamente com as realidades passadas, presentes e futuras e, por isso mesmo, deve ter uma visão além do senso comum, [...] ao abordar um fato presente, entendê-lo como consequência do passado e projetá-lo para o futuro” (2004, p. 26). Em muitos outros casos podemos observar que o discurso jornalístico opera explicitamente a favor da discriminação e segregação racial e de gênero.

A prática jornalística está carregada de “valores” que estão impregnados nas pessoas e são transportados para as falas “legítimas” sem qualquer tipo de constrangimento ético e humano, além de endossar o discurso que a violência é resultado ou está associado “aos contingentes humanos marginais, pobres, desqualificados ou disfuncionais” (MEDINA, 2004, p. 30).

No imaginário social, produz-se um discurso punitivo que atinge a pena de morte, a eugenia e a seleção natural, o genocídio e o exílio ou asilamento dos indesejáveis. [...] Culturalmente, a guerra dos significados implica na recorrente tentativa de as estruturas de poder fazerem tudo para impor não só seus conceitos como os juízos de valor que estes pressupõem. Assim, vivemos constantemente o conflito entre a imposição dos preconceitos e a oposição dos que são vitimados por eles. (MEDINA, 2004, p. 30-31).

Segundo a pesquisadora Mello (2004), em estudo realizado sobre a representação negra pelo Jornalismo, ela chama atenção para a falta de visibilidade da mulher negra em matérias publicadas por jornais e revistas femininas. De acordo com a autora, as mulheres raramente são pautadas pelos veículos de Jornalismo e quando assim é feito, a maioria é de cunho reducionista ou apresentam uma imagem negativa, ligando as mulheres negras a situações “de falta de equilíbrio ou de boa convivência social”. Elas ainda são relacionadas a marca de ausência ou carência de algum elemento. “Percebe-se que, apesar de noticiarem os eventos relacionados à mulher negra, os jornais não costumam pautá-los para reportagens.[...] Em todos os textos, [...] a mulher negra é apresentada a partir do que lhe falta, de suas carências” (MELLO, 2004, p. 42).

A autora ainda afirma que as mulheres negras quando são retratadas a partir de uma posição positiva, elas sempre são solitárias e individuais, muito raramente, ocorre a presença de um sentido coletivo, ou seja, as mulheres são mostradas na sua excepcionalidade. Isso nos mostra que as mulheres negras são costumeiramente marginalizadas dos espaços jornalísticos e midiáticos e quando aparecem são vistas como uma exceção: aquela que se destacou em alguma área ou foi personagem de um fato isolado

e, majoritariamente, são casos em que elas se aproximam de um imaginário concebido pelo branco, como o normatizante e o aceitável.

A mulher negra é representada como aquela que carece de algo, pois sua falta nunca foi preenchida. [...] A presença de estereótipos da mulher negra nas matérias pesquisadas é latente. [...] O enfoque das matérias jornalísticas sobre a mulher negra tende a se sensacionalista. Ao valorizar aspectos negativos da vida de um entrevistado. Os danos e os sofrimentos são apresentados como espetáculo. [...] A mulher negra nos textos jornalísticos não é sujeito e sim objeto (MELLO, 2004, p. 43-46).

Quintão (2004) faz uma análise mais profunda a partir de três nichos, elaborados por Fernando Conceição, nos quais são explorados e sustentados a imagem do negro nos veículos de comunicação no país: lúgubre, lúdico e o luxurioso. O primeiro refere-se a uma imagem do sombrio, sinistro e do medonho retratados principalmente nas manchetes e matérias policiais. O segundo está ligado ao divertimento, em que o negro aparece em situações onde ele é uma alegoria, típico dos eventos como o Carnaval ou o futebol. Já o terceiro aborda a imagem sensualizada, ligada às satisfações sexuais e ao erotismo. A autora salienta que a construção desse imaginário sobre o negro e a mulher negra deforma a imagem, cria estigma e estereótipos e engendra a população negra em uma posição subalterna e subalternizadora. Nossa análise parte agora para mostrarmos situação contrária, na qual há a possibilidade de se construir sentidos positivados e que emancipam a mulher negra.

UM PRIMEIRO OLHAR SOBRE O GELEDÉS: CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE(S)

O Geledés é a porta de entrada para que as pessoas conheçam o trabalho desenvolvido pela organização não-governamental que leva o mesmo nome. Para que se compreenda a função social e política desenvolvida pelo website, antes é necessário que se faça a apresentação da instituição que o portal representa, seu histórico, perfil e composição. A organização não-governamental Geledés – Instituto da Mulher Negra foi criada em 30 de abril de 1988, por mulheres negras de diversas instituições sociais e que vinham desempenhando importantes ações a favor dos direitos humanos e de visibilidade desse segmento. A sua origem foi marcada politicamente pela luta dessas mulheres negras contra o racismo e o sexismo. Desde então, o instituto desenvolve ações que prezam o empoderamento das mulheres negras nas diversas instâncias nas quais pertencem, começando pela valorização do próprio indivíduo até sua integração na comunidade negra e na sociedade em geral.

Hoje, o instituto é sustentado pela atuação direta em três frentes de trabalho: a questão de gênero, raça e direitos humanos. Para tanto, outras pessoas vieram contribuir forças à luta, ao longo de sua história. Também compõem o corpo do grupo, homens que desenvolvem ações em defesa das mulheres e dos negros. Para a organização, a defesa desses dois segmentos é importante porque entende-se que eles “padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função da raça e dos sexo vigentes na sociedade brasileira” (GELEDÉS, 2016).

Ao verificar a complexidade dessa agenda e de suas implicações dentro da sociedade, o grupo ainda se posiciona contrário a outras “formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, tais como a homofobia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social” (GELEDÉS, 2016). Para tanto, o instituto desenvolve ações que sejam permeadas pela noção dos direitos humanos em diversas áreas em que a sociedade encontra-se emergida, como a educação, saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, na pesquisa acadêmica e também na promoção de políticas públicas.

Pensando em fortalecer as discussões e facilitar o acesso a conteúdos sobre a agenda do Geledés, foi criado em 1995 o website institucional do grupo. Para aquele momento, o site conseguia cumprir seu papel ao dar visibilidade à imagem do grupo, no entanto estrategicamente, pouco contribuía para a discussão sobre raça e gênero. Após um estudo, foi inaugurada a segunda fase do website, em 31 de abril de 2008. Já como Portal Geledés, o site, além de promover a agenda da instituição, tornou-se um importante difusor de conhecimento sobre a temática. Hoje, o website disponibiliza diariamente conteúdos variados sobre raça e gênero, o que faz do Geledés um importante banco de dados de informações.

Pela constituição atual do website, podemos definir que o mesmo adquiriu uma função dupla. Primeiro, o consideremos, como descrito acima, um depósito de dados sobre os diversos temas que atravessam a discussão sobre raça, gênero, e direitos humanos. Em um segundo momento, podemos considerá-lo, pela sua estrutura de fomento e alimentação, como um ponto de convergência de informações de todo o País, no qual outras instituições e veículos de informação jornalística conversam entre si e com o público leitor.

Dessa maneira, se verifica a construção de uma rede orgânica de informações compostas por três elementos que se encontram no mesmo nível de elocução: sujeito-produtor; sujeito-ator; sujeito-leitor. Ou seja, todos possuem importância na produção de

significados e são, em si mesmos, fontes de construção de sentidos. O que podemos considerar que se forme uma rede de diálogo ininterrupta. Isto é, a discussão perpassa por todos agentes sociais e permite que o conhecimento e a reflexão sejam construídos por todos.

Partimos nossa análise para o campo sociocultural para tentarmos compreender quem são esses atores sociais que estão presentes nas narrativas dispostas no portal Geledés, como se identificam e quais são as posições-de-sujeito que ocupam nesse espaço. Para tanto, lançamos mão do arcabouço teórico discutido pela escola cultural sobre identidade e representação para, que assim, possamos observar como as identidades são socialmente construídas a partir dos discursos e também, como as narrativas midiáticas contribuem para esse processo. Faz parte desse estudo inicial, a exposição de como o processo de afirmação se apropria de conceitos e imagens impostas por sistemas homogeneizantes e pós-colonialistas e como a afirmação se utiliza do processo de ressignificação desses conceitos para destruir os discursos presentes na sociedade.

Os primeiros estudos no campo da cultura consideravam dois aspectos importantes para a determinação de uma identidade: características essencialistas e características não-essencialistas. A primeira trata-se de um conjunto de elementos cristalizados. O caráter autêntico de uma identidade era buscado através da história de um povo ou uma nação que era resgatada para marcar simbolicamente a existência de fronteiras. Woodward (2013) afirma que, em alguns casos, as identidades estabelecem suas reivindicações por meio dos apelos a antecedentes históricos. “Na tentativa de reafirmar suas identidades, supostamente perdidas, (um grupo as recupera) buscando-as no passado, embora ao fazê-lo, eles possam estar realmente produzindo novas identidades” (WOODWARD, 2013, p.11).

Em segundo lugar, a identidade se define pela reunião de elementos que diferenciam o Eu do Outro, ou seja, são evidenciadas características comuns e partilhadas por um determinado grupo ou por uma identidade específica. Entende-se que a manutenção dessas identidades se dá pela marcação simbólica e discursiva das diferenças sociais vividas no cotidiano dos indivíduos que delas partilham.

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades. [...] o social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e as relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são vividas nas relações sociais (WOODWARD, 2013, p.14).

No entanto, os estudos mais recentes sobre a construção das identidades culturais no pós-colonialismo avançam ao afirmarem que mais do que aspectos essencialistas e não-essencialistas, uma identidade é formada a partir do estabelecimento relacional entre dois pares. Para tanto, evoca-se a ideia de que as culturas modernas tardias (HALL, 2009) romperam com as fronteiras territoriais simbólicas e são consideradas dinâmicas e ainda são passíveis das influências de todas as partes do globo, dá-se então, a construção de uma cultura global(izada). A globalização permite que uma identidade não seja delimitada apenas por elementos locais e pessoais, de fato, uma identidade individual ou de um grupo são sobrepostas a outras diversas. Fala-se nesse momento de uma multipluralidade de identidade que são adotadas de acordo com os campos sociais em que cada indivíduo assume no seu cotidiano.

Nesse instante, devemos considerar que todas as identidades são múltiplas e dinâmicas e que a cada espaço social que transitamos assumimos posições-de-sujeito de acordo com o que é esperado para cada localidade. Desse ponto, destacamos o caráter relacional entre o social-imaginado e o simbólico, ou seja, as posições assumidas ganham sentido a partir dos locais onde são vividas e por meio dos sistemas simbólicos que somos representados. “As identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2013, p.8). Vale destacar que esse sistema simbólico e os significados advindos dele, geralmente, são produzidos por uma estrutura dominante, repressiva e colonialista.

Tomamos esse referencial para expor que a construção de algumas identidades, nesse caso a do Negro e da mulher, foram submetidas a processos discursivos dominadores das culturas ocidentais europeia-branca-machista. Os discursos imperialistas tendiam a produzir um conjunto de representações estigmatizadas e sulbaternizadas. A força desses discursos, ainda, opera na atualidade quando se diz que o lugar da mulher e do negro são, em uma escala, inferiores ao do homem e do branco.

Woodward (2013) salienta que a construção das representações são demarcadas pelo jogo de poder. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder. [...] somos constrangidos pelas relações sociais” (p.19). Nesse jogo de poderes, as lutas dos negros e das mulheres figuram como as mais cruéis para que suas identidades sejam reconhecidas e respeitadas. Mas de qual mulher falamos e fazemos referência? Nossa análise se preocupará, a partir de agora em mostrar que posição ocupam

esses sujeitos-sociais e como a mídia contribui ou não para manutenção negativa/positiva de suas identidades.

Em seus estudos sobre a cultura e a formação de identidade no pós-colonialismo, Hall (2009) alerta para que esse campo não seja proliferado por construções teóricas que essencializam e marcam os lugares dos sujeitos. Ele afirma que muitos estudos podem cair em uma armadilha ao tratar culturas que foram marginalizadas no passado, como exóticas. Esse discurso, nada mais, silencia as tentativas da cultura excluída de sair do local no qual foi colocada. Tais construções simbólicas ocidentais ainda estariam pecando ao classificar e categorizar, nesse caso em estudo, o negro e a sua cultura.

Hall aponta ainda uma mudança simbólica que emana das ruas e ganham espaço na cultura popular, segundo ele, as narrativas locais operam contra as antigas hierarquias e , dessa maneira, há aberturas para novos espaços de contestação das relações culturais e representações sociais.

Dentro da cultura, a marginalidade, embora permaneça periférica em relação ao mainstream, nunca foi um espaço tão produtivo quanto é agora, e isso não é simplesmente uma abertura, dentro dos espaços dominantes, à ocupação dos de fora. É também o resultado de políticas culturais da diferença, de lutas em torno da diferença, da produção de novas identidades e do aparecimento de novos sujeitos no cenário político e cultural (HALL, 2009, p.320).

A luta para que sua identidade seja reconhecida e que o valor da equidade seja considerado também foi uma das pautas do movimento feminista ao redor do globo. As lutas feministas datam da década de 1960 com origem na Europa e os Estados unidos. O movimento feminista é marcado por reivindicações por direitos legais, liberação feminina, igualdade de direitos e igualdade social, até a perspectiva atual em que as mulheres lutam para ter seus direitos e interesses respeitados como a autonomia sobre os seus corpos.

Porém dentro do Feminismo, durante sua trajetória, uma nova bandeira foi colocada em questão: a posição da mulher negra no movimento e o papel dela na sociedade. É dessa mulher que fazemos referência em nosso estudo. Mulher que luta triplamente contra o racismo, o sexismo e as diferenças de classes. Carneiro (2003) menciona esse cenário da luta negra feminina contra as desigualdades de gênero e intragênero. “Afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica dos ser mulher, negra e, em geral, pobre” (p.118). A autora lembra ainda que a negação de uma identidade ou a indexação de uma imagem negativa da mulher viola moral, físico e psicologicamente.

E a mídia e a própria estruturação dos veículos de informação pesam para que essa construção simbólica permaneça viva e seja disseminada. Os veículos tradicionais apresentam uma representação estereotipada do que é ser mulher negra. As matérias veiculadas como dissemos anteriormente as colocam em posição-de-sujeito destituídas de valor, enaltecendo uma imagem negativada. A identidade é suprimida quando os veículos de comunicação reproduzem e naturalizam o racismo e o sexismo.

Se partirmos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agente que operam, constroem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, levamos em conta que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos (CARNEIRO, 2003, p.125).

O portal Geledés assume uma posição singular em contrapartida a esse processo de sedimentação de uma única imagem e significados negativos da identidade da mulher negra. A partir do conteúdo veiculado, o website ressignifica as identidades desses atores e apresenta uma nova representação deles. Em suas narrativas há a recuperação do caráter humano e das vozes desses sujeitos que são marginalizados pela tradicional mídia. Aguiar (2011) afirma que “a circulação desses sentidos é necessária para que as categorias identitárias passem a integrar o rol de representações” (p.74) reconhecidas pela sociedade.

A mídia, como campo dos discursos legitimados e legitimadores, apresentam-se como importante mecanismo que contribui para a formação dos significados e sentidos das identidades ali representadas. Nesse sentido, em primeira observação, constatamos que o website difere-se no processo de construção de suas narrativas que prezam por narrações que permitam que as identidades e as representações sejam positivadas e ressignificadas. As posições-de-sujeito, inicialmente observadas, valorizam e emancipam a mulher negra. Acreditamos que assim o Geledés, “adquire um importante papel de reconhecimento da concretude das identidades, à medida que apresenta indivíduos reais” (AGUIAR, 2011, p.74), suas narrativas e o cenário sócio-político que fazem parte.

Dessa maneira, as narrativas que são construídas nesse espaço discursivo se tornam vivas, as personagens ali descritas possuem vozes ativas e o caráter humano é reconhecidos por elas e também pelos leitores que, na majoritariamente, podem se identificar com o discursos enunciado. Ao ver-se e ao se sentir parte da construção narrativa, os atores sociais envolvidos se tornam atores-sujeitos de suas próprias histórias. Nesse aspecto, o portal Geledés converge para uma proposta alternativa de comunicação quando importa para seu espaço virtual narrativas humanizadas e que não apelam para o sensacional e sim para a

sensibilidade do cotidiano. Fonte, personagem e leitor que fazem parte do processo discursivo ganham poder em seus discursos.

Assim, o website ultrapassa as barreiras de um site institucional e firma-se como um importante veículo de comunicação quando supera o modelo de produção de informações homogeneizantes. Ele opera como uma ferramenta comunicacional para seu objeto-fim a partir do momento que abre espaço para uma prática comunicativa democrática e inclusiva. Essa estratégia, pensada ou não, resulta na construção de um elo entre sujeitos-leitores, sujeitos-atores e sujeitos-produtores. Essa estrutura, fundada no tripé exposta acima, consegue romper com “o poder de enunciação assimétrico” (MEDINA, 2003) dos sujeitos, uma vez que se recuperam as experiências vividas. As narrativas não excluem o contexto sócio-político-cultural em que vivem. Pelo contrário, o cenário é exposto o que implica a produção de um conhecimento vivo. A elocução dessas vozes garante, ainda, a manutenção do processo de reflexão e debate sobre racialidade, diferença, sexismo e outros processos de discriminação.

PRIMEIRAS CONSIDERAÇÕES

Como expusemos anteriormente acreditamos que os produtos midiáticos, por fatores enumerados, se tornou um importante espaço de circulação de sentidos. Mais que isso, eles passaram a ser um dos principais setores de formação de opinião e construção de representações de realidades. Como reprodutores de uma realidade, os veículos midiáticos também reproduzem, em menor ou em maior grau, as relações sociais estabelecidas em sociedade. E não diferentemente, as narrativas midiáticas têm reproduzido as relações raciais e os mecanismos que perpetuam a discriminação, o racismo e também o sexismo.

As escolhas das fontes e das imagens autorizam a construção desse sentido que demarcam os lugares ocupados pelos negros e mulheres negras, como marginais, mas também os espaços midiáticos marginalizados. De acordo com a pesquisadora Mello (2004) as mulheres raramente são pautadas pelos veículos midiáticos e quando assim é feito, são retratadas a partir de espaços demarcados. A autora salienta que a construção desse imaginário sobre o negro e a mulher negra deforma a imagem, cria estigmas e estereótipos e engendra a população negra em uma posição subalterna e subalternizadora.

Felizmente não só exemplos como os citados nos parágrafos anteriores são encontrados no Brasil. Algumas iniciativas começaram a se desenvolver, nas últimas décadas, comprometidas com a paridade de direitos, de oportunidades e de voz. As revistas

Afirma e Raça Brasil têm projetado para os leitores possibilidades de leitura que se comprometem em dar visibilidade para a população negra, positivar as experiências e falas, discutir as desigualdades, refletir as diferenças de raça e gênero e problematizar o *status quo*. Portais de informação, como o Geledés, também caminham junto a essas duas revistas e são experiências que agenciam discussões anti-racistas e anti-sexistas.

Nota-se que o portal utiliza-se das lacunas existentes nesse processo de discriminação para fortalecer e dar autonomia à fala das mulheres negras e retirá-las das margens sociais, possibilitando a construção de outras memórias para elas. Acreditamos que o Portal Geledés ajudou a romper com o silêncio das mulheres negras na escrita e possibilitou a reconstrução de uma história antes negada às mulheres. Reconhecemos a relevância desse estudo, uma vez que há a falta de estudos que tratam e analisam narrativas que consigam emancipar e reconhecer a cidadania dessa coletividade. Nosso interesse se volta nesse momento para os temas que retratam, socialmente, a condição da mulher negra de forma positiva e humana.

Um ponto a ser celebrado com o uso dessa plataforma é a aproximação que as narrativas faz entre fonte, comunicador e leitor. Existem diversas ferramentas que possibilitam o acesso e o compartilhamento de dados entre eles. Essa aproximação faz com que as narrativas ali dispostas se tornem vivas e ainda sejam construídas novas narrativas a partir desse contato. Nesse aspecto, destacamos a funcionalidade do Portal Geledés ao fazer aproximar pessoas que se identificam com narrativas veiculadas em suas páginas. Esse contato permite que não apenas novas narrativas sejam estabelecidas, mas observamos que dentro desse processo se cria uma sustentação para a construção de identidades e, que ainda, possam ser afirmadas e reafirmadas. A natureza dos conteúdos das narrativas contribui para que se gere conhecimento específico que influencia diretamente para a construção de uma noção reflexiva sobre as representações das imagens da mulher negra e de toda complexidade que envolve a questão dessas identidades.

Inferimos, que o Geledés, pode ser considerado uma rede orgânica viva de informações e de formação, a partir do momento que o público se identifica com o conteúdo. Essa aproximação entre o portal e o público estabelece um diálogo para a geração de espaços de debates, reflexão, conhecimento e trocas simbólicas. As narrativas vivas são construídas diariamente quando seus leitores deixam registrados suas impressões. Essa é uma das possibilidades observadas. Esse espaço virtual permite que haja uma interação não

apenas produto-leitor, mas também entre os próprios leitores que, independentemente, da localidade onde estejam, conseguem, a partir do Geledés, fazer essa ponte de interlocução.

Entendemos ainda que esse processo ajuda a romper com a hegemonia de produção midiática da maioria dos veículos de informação e instaura uma alternativa para conteúdos periféricos. Nesse contexto, há uma ressignificação da ferramenta midialógica à favor do combate aos estereótipos e representações negativadas. Uma construção simbólica “feita de fora sobre dentro para fora” (FREITAS, 2011, p.317). A mulher negra, empoderada fala de si, a partir do gueto para o próprio gueto e também para outros espaços, antes não alcançados. A valorização de sua identidade é alcançada quando se quebra o paradigma da invisibilidade, e assim, abre caminho para o reconhecimento e afirmação do que é ser mulher negra.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Carolina Maia de. **Jornalismo e identidades coletivas:** representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros no portal Mix Brasil. Porto Alegre: 2011.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento.** Estudos Avançados 17, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

GUELEDÉS, Portal. Disponível em <<http://www.geledes.org.br/>>. Acesso em: 10 de abr. 2015.

FERREIRA, Ricardo Alexino. Quando a imprensa branca fala da gente negra: a visão eurocêntrica da imprensa na cobertura de afrodescendentes. In.: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho Infiel – O negro no Jornalismo brasileiro.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

FREITAS, Ricardo de Oliveira de. **Por uma estética da periferia da periferia:** sobre modelos não-metropolitanos de comunicação alternativa. In.: *Trazos de uma outra comunicación em América latina.* Barranquilla: Editorial Universidad del Norte, 2011.

HALL, Stuart. **Da diáspora – identidade e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente – narrativa e cotidiano.** São Paulo: Summus Editorial, 2003.

_____. Imprensa e racismo: espelhos das contradições sociais. In.: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho Infiel – O negro no Jornalismo brasileiro.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

MELLO, Edna de. As cores da mulher negra no Jornalismo. In.: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho Infiel** – O negro no Jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

QUINTÃO, Antonia Aparecida. A imagem das mulheres negras na televisão brasileira. In.: CARRANÇA, Flávio; BORGES, Rosane da Silva. **Espelho Infiel** – O negro no Jornalismo brasileiro. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Mulheres Negras no Brasil**. Rio de Janeiro: Rede de Desenvolvimento Humano e Senac Editoras, 2006. Disponível em:<
<http://www.redeh.org.br/biblioteca/publicacoes/mulheres-negras-do-brasil.pdf>>. Acesso em: 15 de out. 2014.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. In.: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença – A perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.